

Eleições 2022
Agenda Estadão

Extrema Pobreza 1. Saúde 2. Governabilidade 3. Privatização 4. Empreendedorismo 5. Educação (I) 6. Reformas 7. Engessamer

— Milhões de brasileiros não são capazes de sair da pobreza por conta própria. As políticas públicas para aliviar o problema tendem em resultar em dependência, que no longo prazo só piora as coisas



Como adotar uma política de ajuda aos miseráveis sem criar dependência?

O Brasil nunca gastou tanto e atendeu tantas famílias com transferência de renda direta do governo para os mais pobres. Mas enfrenta o obstáculo de fazer mais e melhor com o dinheiro para combater a pobreza e a fome no País, que subiram no rastro dos efeitos da pandemia da covid-19 na economia e da disparada dos preços.

A depender das promessas dos quatro candidatos à Presidência da República que estão na frente nas pesquisas nas eleições deste ano, o Brasil entra em 2023 com o maior programa social de transferência de renda da história e um orçamento cinco vezes maior do que existia antes da covid-19. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) acenaram que vão manter o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil, caso sejam eleitos.

Nesta reportagem de **Adriana Fernandes**, o Estadão mostra que, se a promessa for cumprida, os recursos para o programa social terão dado um salto gigantesco num período de três anos, saindo do patamar de R\$ 32 bilhões, pago em 2019 no extinto Bolsa Família, para R\$ 157,7 bilhões no ano que vem.

Esse é o dinheiro necessário para manter em R\$ 600 o valor do piso do benefício do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, e atender 21,6 milhões de famílias.

Um salto no orçamento do programa de 0,4% para 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), valores inimagináveis até pouco tempo atrás pelos pesquisadores e gestores da área social, que sempre cobraram mais investimentos para tirar a população brasileira da extrema pobreza e reduzir as desigualdades históricas do País.

Os gastos do Bolsa Família, antecessor do Auxílio Brasil, oscilavam entre 0,3% e 0,5% do PIB. No seu pico, atendeu 14,6 milhões de famílias, e o maior valor do benefício médio pago foi de R\$ 191,86.

Agora, a pergunta que para

no ar é se a expansão do orçamento do programa social será sustentável nos próximos anos. Um cenário de contas públicas ainda muito frágeis, ambiente político de captura do Orçamento para gastos não prioritários e uma economia que cresce pouco há anos.

O valor do benefício foi elevado de R\$ 400 para R\$ 600 até o final do ano, numa ação do governo e do Congresso Nacional considerada eleitoreira e que levou à quebra das regras fiscais e eleitorais para ser implementada neste segundo semestre.

Se cientistas políticos e economistas não veem espaço para o retorno do valor do benefício para R\$ 400 em 2023, após a pandemia ter colocado o combate da fome no centro do debate de política econômica, a incógnita é se o programa social turbinado não passará de

“É muito óbvio que dá para fazer muito mais com o mesmo e também fazer mais com menos.”

Daniel Duque
Pesquisador na área de desigualdade social

“A pandemia agravou. Antes, o Bolsa Família já tinha uma lista de espera de dois milhões de famílias.”

Paola Carvalho
Diretora da Rede Brasileira de Renda Básica

um soluço de curto prazo. Na campanha eleitoral, o valor do Auxílio Brasil se transformou numa corrida de quem promete mais na busca de votos do eleitor mais pobre.

É unânime entre os especialistas na área social que o programa criado pelo governo Bolsonaro vai precisar de um redesenho para aumentar a sua mira, o foco, nos mais pobres. Eles avaliam que o benefício mínimo por família acaba incentivando a fraude, com famílias se “dividindo” artificialmente para receber mais dinheiro.

“É muito óbvio que dá para fazer muito mais com o mesmo e também fazer mais com menos”, diz Daniel Duque, pesquisador na área de desigualdade social, que critica duramente o desenho do Auxílio Brasil, que permite que uma família com uma ou duas pessoas receba o mesmo valor ☺



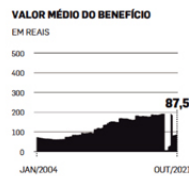
PROGRAMAS SOCIAIS

Orçamentos do Bolsa Família e do Auxílio Brasil cresceram ao longo dos anos

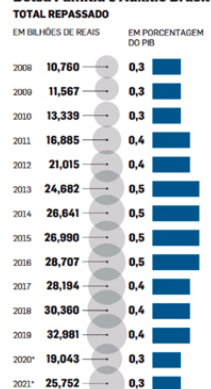
PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

Veja como funcionou a transferência de renda de 2004 até 2022

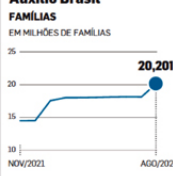
Bolsa Família



Bolsa Família e Auxílio Brasil



Auxílio Brasil



MARCOS SANTOS/USP IMAGENS



Programas de transferência de renda direta precisam aumentar o foco nas camadas mais pobres da sociedade

do benefício de uma família mais numerosa e com crianças em idade escolar.

Para Duque, o primeiro passo do presidente eleito em outubro deveria ser refazer o desenho do programa para evitar desperdício de dinheiro na tarefa de combater a pobreza.

Duque é cético, porém, em relação à continuidade do programa nesse tamanho depois das eleições, apesar das promessas. “Difícilmente será mantido do jeito que está, é algo temporário. Promessa eleitoral é palavra ao vento”, afirma ele, que está fazendo simulações para identificar qual seria o alcance do programa com os recursos atuais se houvesse o mesmo foco do Bolsa Família.

Uma das medidas mais urgentes apontadas pelos pesquisadores é a recuperação do cadastro único, instrumento que serve de base para o benefício ser acessado, e o fortalecimento do Cras, os centros de referência de assistência social nos municípios.

Esse é um dos pontos estudados pela socióloga Leticia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestão governamental. Ex-secretária Nacional Adjunta de Renda de Cidadania, ela foi uma das primeiras especialistas a apontar os erros do Auxílio Brasil antes mesmo de ele ser aprovado pelo Congresso Nacional. Leticia defende o urgente fortalecimento e a recuperação do cadastro.

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de fazer um piso de R\$ 400 por família, que depois subiu para R\$ 600 até o fim deste ano, agravou o problema da deterioração dos dados do cadastro via estímulo à “divisão das famílias”.

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rafael Osorio destaca que o cadastro único já estava sofrendo antes da pandemia o problema de piora da qualidade. No período da pandemia, o problema aumentou porque as famílias foram liberadas de atualizar os dados pelas dificuldades diante do avanço da covid-19.

Segundo Osorio, a expansão do Auxílio Brasil, a partir de janeiro de 2022, está fortemente concentrada em famílias de uma e duas pessoas. Ele lembra que na faixa de renda mais baixa as famílias são mais numerosas.

“Uma dificuldade que sempre teve no cadastro é das famílias que escondem maridos. Já existia uma suspeita que isso acontecia antes e parece que está acontecendo com mais intensidade”, avalia.

Como a focalização piorou, parte das transferências pode estar sendo direcionada para famílias que não são tão pobres. Ou seja, pessoas muito pobres podem não es-

tar recebendo.

A consequência do quadro atual, no qual se expandiu muito o orçamento, mas piorou a focalização, é que a redução da pobreza pode não ser tão grande quanto poderia.

MAPA DA FOME. No mapa da fome traçado pelos economistas Marcelo Neri e Marcos Hecksher, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), a fotografia anual da pobreza apontou que 10,8% da população estava abaixo da linha da pobreza de R\$ 210 de renda per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas. A proporção de pobres subiu 42,1% entre 2020 e 2021. Um contingente de 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao período da pré-pandemia.

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 427 mensais (US\$ 5,50 por dia – parâmetro internacional) atingiu 62,9 milhões em 2021 – 30% da população brasileira. Um aumento de 9,2 milhões de pessoas de 2019 a 2021. Em 14 Estados, a proporção de pobres é superior a 40% da população.

Promessa Candidatos à Presidência acenaram que vão manter o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil

Para a diretora institucional da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, o empobrecimento do Brasil não é culpa só da pandemia. “A pandemia agravou. Quando ela chegou ao Brasil, encontrou um terreno muito fértil”, diz ela, que destaca a piora do mercado de trabalho e aumento da informalidade. “Antes da pandemia, o Bolsa Família já tinha uma lista de espera de dois milhões de famílias”, diz ela, que tem alerta para o problema da “fila da fila” de acesso ao Auxílio Brasil.

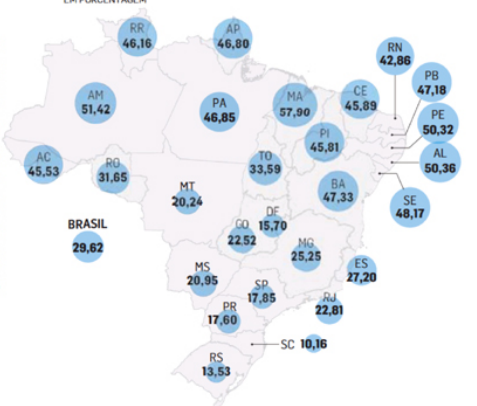
Coordenador do Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida no Distrito Federal e em Goiás, José Ivan de Aquino destaca o retrocesso na redução da pobreza no País. Ele lembra que quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou a ação em 1993, os números apontavam que 32 milhões de brasileiros passavam fome. Hoje, 33,1 milhões têm fome e vivem numa situação de insegurança alimentar grave, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pennsan). “Acompanhamos a evolução dos números da fome com muita preocupação”, diz. “O Brasil precisa ouvir o chamado de Betinho de 30 anos atrás.” ●

MAPA DA NOVA POBREZA

Contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 – US\$ 5,5 por dia

Ano	Contingente (em milhões)
2012	54,038
2013	50,745
2014	47,638
2015	50,526
2016	54,163
2017	55,174
2018	55,775
2019	54,509
2020	52,893
2021	62,930

Proporção de Pobres em 2021 por Unidade da Federação



FONTE: MINISTÉRIOS DA CIDADANIA E DA ECONOMIA; MAPA DA NOVA POBREZA. FGV SOCIAL (JUNHO 2022) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 9 e 10